

ACNUR EM BELÉM



Indígenas Warao assistem aula do curso de interpretação. @Gabriel Tardelli, ACNUR

★ Ações destaque

CURSO DE INTERPRETAÇÃO PARA INDÍGENAS WARAO

Em março, o ACNUR deu início ao curso de formação de 9 intérpretes Warao, um projeto piloto desenvolvido e executado em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A iniciativa busca formar membros da comunidade Warao em técnicas de interpretação comunitária e mediação linguístico-cultural para prestar apoio aos profissionais da assistência social durante o atendimento de indígenas Warao que não falem português.

Tal apoio será ofertado por meio de um aplicativo de celular que está sendo desenvolvido pela UnB, com contribuições do ACNUR e da própria rede de assistência dos municípios de Belém e Ananindeua, e cujo lançamento está previsto para o mês de agosto deste ano. Este projeto coloca a rede socioassistencial paraense na vanguarda de processos de inclusão social de pessoas refugiadas e migrantes.

Pará aprova Lei que institui a política estadual para migrantes, refugiados e apátridas

No dia 21 de junho, no marco das celebrações do Dia Mundial do Refugiado, foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA) o Projeto de Lei que estabelece a política estadual para migrantes, refugiados e apátridas e dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias. O ACNUR brindou assistência técnica para a discussão do projeto de lei durante audiência pública e, em parceria com o IEB, promoveu um encontro para debater o projeto com lideranças indígenas Warao, os quais tiveram seus comentários inseridos no texto final aprovado pela ALEPA. No dia 12 de Julho, a lei foi sancionada pelo Governo do estado do Pará.



DPE se reúne com comunidade Warao de Outeiro Itaitua. @Gabriel Tardelli, ACNUR

Atuação da DPE para promoção da moradia segura de refugiados indígenas é premiada pela Escola de Defensoria do Pará

O Núcleo de Moradia da Defensoria Pública do Pará passou a atuar na defesa da moradia e da regularização fundiária junto às comunidades refugiadas venezuelanas da etnia Warao no Distrito de Outeiro, em Belém. Em abril, a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE-PA) instruiu um pedido de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb) ao Município de Belém com a intenção de buscar a titulação do imóvel comprado por um grupo de famílias de pessoas refugiadas na localidade, assim promovendo o acesso efetivo ao direito à moradia segura, digna e culturalmente sensível. Isso foi possível a partir da articulação do ACNUR, que mediou o contato entre DPE e a comunidade e acompanhou as visitas de campo do órgão. Em maio, a atuação do Núcleo foi premiada em primeiro lugar no concurso da Escola da Defensoria do Pará como melhor iniciativa institucional.

Projeto Povo das Águas

Em janeiro de 2022, o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), em parceria com o ACNUR, iniciou a segunda fase do projeto Povo das águas – trabalho, participação e meios de vida, com indígenas Warao residentes dos municípios de Belém e Ananindeua, no Pará.

Um importante produto produzido no escopo do projeto entre ACNUR e IEB é o diagnóstico “Percepções Warao sobre o trabalho”. O documento, que foi lançado no Dia Mundial do Refugiado e pode ser encontrado [aqui](#), traça o perfil laboral dos Warao entrevistados e descreve suas concepções sobre trabalho.

Durante o primeiro semestre de implementação, foram realizadas ações voltadas à inserção produtiva dos Warao, como:

 **70**

artesãs e artesãos Warao que, em diferentes quantidades, apoiados para cadastro e emissão da Carteira Nacional de Artesãos, estruturação da cadeia do artesanato e acompanhamento em feiras locais;

 **40**

currículos encaminhados para vagas de empregos diversas;

 **MAIS DE 40**

currículos armazenados em banco de currículos;

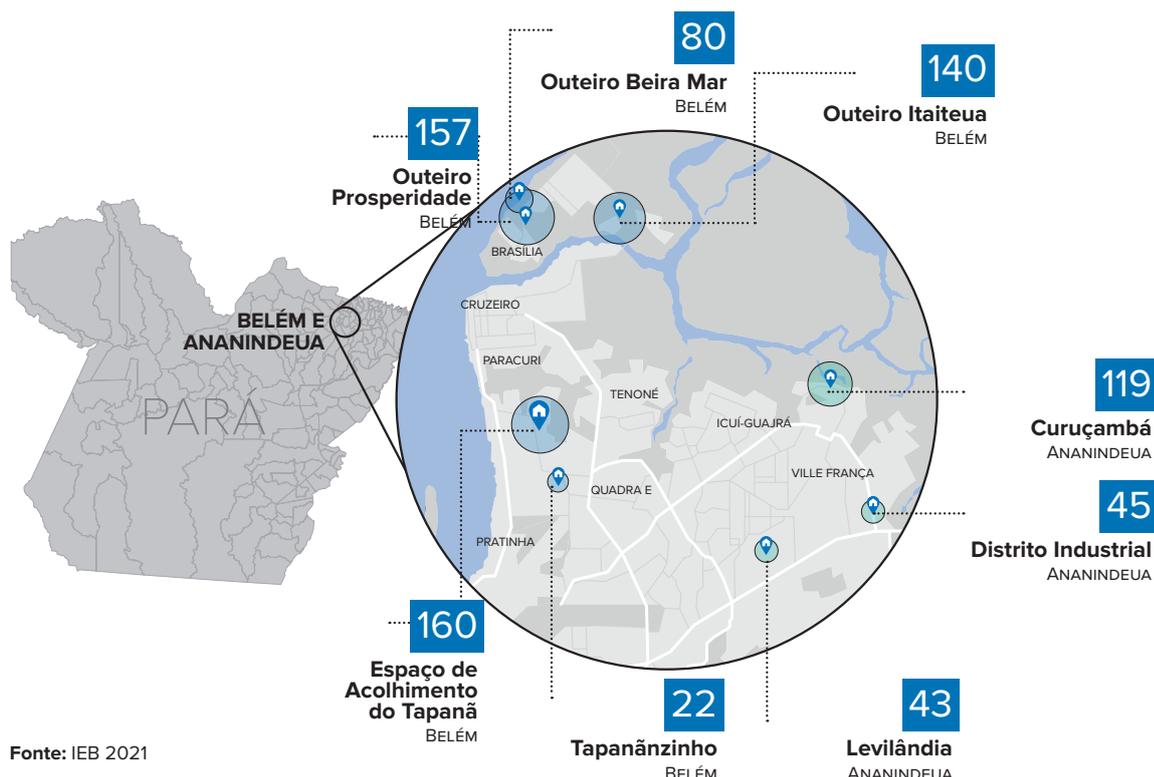
 **16**

Warao acompanhados em processos de seleção de emprego e contratação;

 **3**

pessoas indígenas selecionadas em vagas de empregos.

Distribuição Socioespacial da População Warao em Belém e Ananindeua



Fonte: IEB 2021

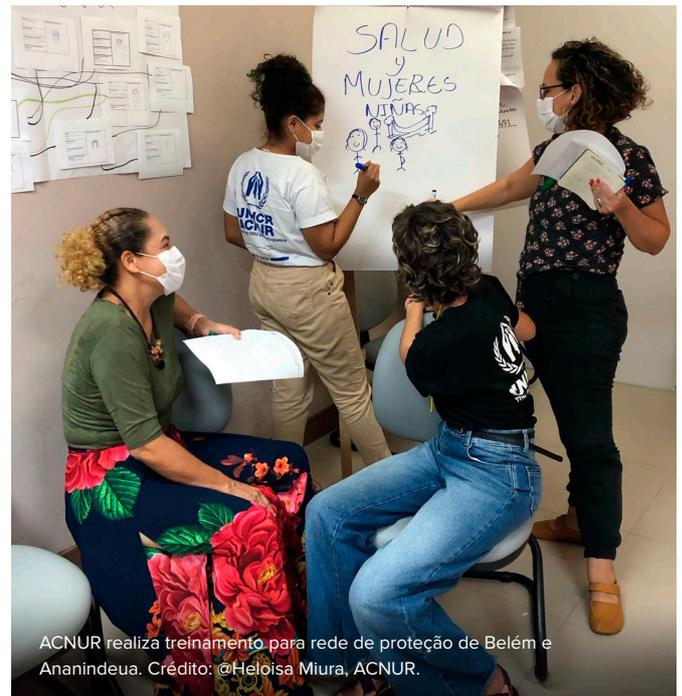
Proteção

Formação de multiplicadores para a proteção de pessoas refugiadas

Refletindo seu compromisso de fortalecer as capacidades locais e promover a autonomia das redes protetivas de Belém e Ananindeua por meio da transferência de conhecimentos técnicos, o ACNUR promoveu nos dias 22, 23 e 24 de fevereiro um treinamento para formar multiplicadores nas temáticas relativas à proteção e assistência a pessoas refugiadas. A capacitação contou com representantes da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH), Fundação Papa João Paulo XXIII (FUNPAPA), Cáritas, Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), e de Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centros de Referência Assistência (CRAS) de Belém e Ananindeua.

Entrevistas virtuais entre indígenas Warao e o CONARE

Entre março e abril de 2022, a Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados (CG-CONARE), com o apoio do ACNUR, realizou entrevistas remotas com 8 indígenas Warao que não possuem documento do país de origem com o objetivo de atestar sua nacionalidade e permitir, assim, que possam ser contemplados pelo processo simplificado de reconhecimento da condição de refugiado. Esta foi a primeira vez que indígenas Warao participaram de entrevistas online com o CG-CONARE em mais uma iniciativa inovadora do ACNUR em Belém. Considerando que a mobilidade urbana é desafiadora e um obstáculo para a população Warao vivendo longe do centro de Belém, as entrevistas aconteceram no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) do bairro do Outeiro, onde os entrevistados vivem, o que facilitou o acesso e comparecimento às entrevistas. Como resultado das entrevistas virtuais, até junho de 2022, 7 já foram reconhecidos como refugiados pelo CONARE e poderão acessar também os direitos garantidos a pessoas refugiadas reconhecidas no Brasil, tais como acesso a residência permanente e naturalização após 4 anos, extensão dos efeitos da condição de refugiado e flexibilização nas exigências de apresentação de documentos do país de origem.



ACNUR realiza treinamento para rede de proteção de Belém e Ananindeua. Crédito: @Heloisa Miura, ACNUR.

2º Módulo da Escola de Liderança Indígena Warao

No dia 3 de maio, o ACNUR em conjunto com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), a Defensoria Pública da União (DPU) e a Defensoria Pública do Estado do Pará (DPE), deu início ao segundo módulo da Escola de Lideranças Indígenas Warao. Durante as aulas, realizadas no Centro Universitário do Pará (CESUPA), os Warao tiveram a oportunidade de aprender um pouco mais sobre questões relacionadas ao acesso à justiça, terra e moradia. No total, foram contemplados 25 indígenas, entre homens e mulheres de diferentes idades. As aulas aconteceram nos meses de maio e junho e, além dos encontros presenciais, a metodologia envolveu atividades de Tempo Comunitário, permitindo que os alunos realizassem ações em suas próprias comunidades colocando em prática o que foi discutido em sala de aula.



Homens e mulheres Warao realizam atividade durante workshop sobre Violência Baseada em Gênero. Créditos: @Gabriel Tardelli, ACNUR.

Encontro de intercâmbio de saberes socioculturais sobre violência baseada em gênero

No dia 27 de abril, o ACNUR, em parceria com o Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), realizou uma atividade de prevenção à violência baseada em gênero junto às 8 comunidades Warao de Belém e Ananindeua. O objetivo da atividade foi promover conversas entre as lideranças Warao sobre seus entendimentos dos papéis socioculturais de cada integrante na unidade familiar (mulheres, homens, crianças, idosos, Aídamos etc.). A metodologia desenvolvida buscou incentivar os Warao a refletirem sobre mecanismos próprios de identificação de riscos e prevenção da violência baseada em gênero bem como a criação de ferramentas que possam melhorar as relações internas e familiares.

Fortalecimento de Capacidades

Formação de 15 municípios paraenses sobre proteção e assistência para pessoas refugiadas

Nos dias 28 e 29 de abril, o ACNUR e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) realizaram no auditório da Superintendência da Polícia Federal do Pará uma formação para as redes protetivas de 15 municípios paraenses. Nos dois dias de evento, cerca de 140 participantes tiveram a oportunidade de conhecer e debater temas relativos a marcos jurídicos, documentação, acesso à justiça e assistência para acesso a moradia segura voltada a população de pessoas refugiadas. O evento contou com a contribuição de órgãos parceiros do ACNUR como a Delegacia de Migrações (DELEMIG), a Coordenação Geral do CONARE (CG-CONARE), Defensorias Públicas do Estado e da União e Ministério Público do Pará (MPPA).



Segundo dia do evento ocorrido no auditório da Polícia federal (PF).
Créditos: @Waldir Manaia, ACNUR.

Treinamentos para as forças de segurança do Pará

Nos dias 4, 5 e 12 de maio, o ACNUR, em parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública (SEGUP) e a Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da Polícia Militar, capacitou 270 agentes das forças de segurança pública do Pará por meio de treinamentos remotos. Entre os assuntos abordados estavam o mandato do ACNUR, os principais marcos normativos sobre refúgio, além de aspectos históricos e antropológicos referentes ao povo Warao. As formações, voltadas tanto para agentes que estão na linha de frente no atendimento do público de pessoas refugiadas no Estado quanto delegados e oficiais gestores das Forças, focaram em identificar medidas conjuntas que busquem promover a segurança e prevenir situações de violência contra pessoas refugiadas e migrantes que residem no Pará, em especial os indígenas venezuelanos da etnia Warao.



ACNUR acompanha e apoia gravação de vídeo do IBGE para a população Warao sobre o Censo 2022. Créditos: @Tamajara da Silva, ACNUR

Parceria com o IBGE para realização do Censo 2022

O ACNUR vem atuando em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para apoiar a instituição no recenseamento de refugiados e migrantes indígenas residentes no Pará. Nos dias 18 e 24 de maio, o ACNUR promoveu treinamentos presencial e virtual para os coordenadores de área do IBGE no Estado, tendo realizado importantes contribuições para a adaptação da metodologia implementada pelo Instituto para a coleta de dados. As formações apresentaram aspectos históricos e antropológicos sobre o deslocamento e a presença dos Warao no Brasil, e promoveram reflexões sobre os possíveis desafios que podem ser enfrentados pelos recenseadores durante a realização do censo, que acontecerá entre 1 de agosto a 31 de outubro.

Com o objetivo de garantir uma coleta de dados culturalmente sensível e eficiente entre os Warao, o IBGE contratará intérpretes formados no âmbito da parceria do ACNUR com a UnB para facilitar a comunicação com as comunidades. Além disso, um vídeo em Warao foi produzido pelo IBGE, ACNUR e Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) para disseminar informações-chaves sobre o censo.

Renovação de Memorando de Entendimento com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH)

No dia 9 de junho, o ACNUR e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) renovaram, por um período de dois anos, o termo de cooperação que visa aprimorar a coordenação e cooperação entre as duas instituições e complementar a resposta humanitária a refugiados e migrantes presentes no estado. A parceria tem o objetivo de apoiar a atuação da SEJUDH no atendimento a refugiados e migrantes, bem como fortalecer a criação de espaços para proposição de políticas para esse público.



Representante do ACNUR no Brasil, José Egas, e o Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Pará, Valbetanio Milhomem, assinam Memorando de Entendimento entre ACNUR e SEJUDH Créditos: @Janaína Galvão, ACNUR

Meios de Vida

Assinatura de Memorando de Entendimento com MPT e MPPA

No dia 8 de maio, o representante do ACNUR no Brasil assinou um memorando de entendimento com o Ministério Público do Trabalho do Pará e Amapá (MPT-PA/AP) e o Ministério Público do Estado (MPPA). O documento firma a cooperação entre as instituições com o objetivo de compartilhar experiências e boas práticas nas áreas de combate ao racismo e a xenofobia e a inserção produtiva e socioeconômica de pessoas que precisam de proteção internacional e que residem no Estado do Pará. Também assinaram o documento o Procurador-Chefe do MPT do Pará e Amapá e o Procurador-Geral da Justiça do Pará.



@ACNURBrasil
 /ACNURPortugues
 @acnurbrasil
 /company/acnurportugues
 ACNUR Brasil

Parceiros do ACNUR em Belém



O ACNUR Brasil agradece o apoio de todos os seus doadores incluindo:



Doadores privados do ACNUR Brasil:



O ACNUR Brasil agradece o grande apoio e parceria com todas as outras agências da ONU, autoridades brasileiras (a nível federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil envolvidas na resposta de emergência e nos programas regulares da operação brasileira.